

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nºs 172/173

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 22 DE NOVEMBRO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kiele - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gauchó - Serafina Carrilho; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado) - Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; BLOCO PARLAMENTAR - PSL/PL/PSC - 05: Edno Guimarães - Pastor Edson Praczyk - Geraldo Catário - Luiz Carlos Martins - Miltinho Puppio.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 109ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
22 DE NOVEMBRO DE 1999**

(segunda-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Antonio Carlos Baratter e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Beraldin, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Pércles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (52). Ausentes os Senhores Deputados Cesar Seleme e Orlando Pessuti (02)

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Por intermédio deste, gostaria de indicar o Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, como membro titular

da Comissão Permanente de Finanças, em substituição ao Deputado José Maria Ferreira.

Sem mais para o momento, reitero protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 22.11.99.

(a) ANTONIO BARATTER

Líder do PSDB

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2519-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado convite à Senhora Alcyone Vasconcelos Saliba, muito digna Secretária de Estado da Educação do Paraná, para comparecer a esta Casa de Leis, onde junto à Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Assembléia, e, comunidade escolar interessada: Secretários de Educação dos Municípios, Prefeitos, Diretores e Professores e/ou Especialistas da Educação, discutir-se o calendário escolar da Rede Estadual de Educação, para vigorar a partir do ano 2000, levando-se em conta o Projeto de Lei nº 512/99, em tramitação nesta Casa.

Por ser de relevante importância e de suma urgência o assunto, sugerimos que a vinda da Senhora Secretária seja dentro do mais breve espaço de tempo possível.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 22.11.99.

(a) TONY GARCIA

Apoioamento:

Tiago Amorim Novaes, Fernando Ribas Carli, Albanor Gomes, Moysés Leônidas, Beto Richa, Nelson Garcia e Durval Amaral.

REQUERIMENTO Nº 2503

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, a concessão do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do próximo dia 07 de dezembro de 1999, para ser utilizado pelo Movimento Country do Estado, na ocasião representado pelo Senhor Sinval da Silveira Pinto, Presidente da Confederação Paranaense de Rodeios.

Sala das Sessões, em 22.11.99.

(a) ANTONIO BARATTER

REQUERIMENTO Nº 2486

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de votos de pesar à família Cunha Pereira, pelo falecimento de seu patriarca, Desembargador Francisco Cunha Pereira, ocorrido em Curitiba, no

último dia 18, aos seus 103 anos de idade, deixando filhos e netos. O saudoso Desembargador Francisco Cunha Pereira, foi uma das mais notáveis personalidades da história do nosso Estado, deixando uma grande lacuna na nossa sociedade paranaense.

Sala das Sessões, em 22.11.99.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Apoiamiento:

Luiz Carlos Alborghetti.

REQUERIMENTO Nº 2493

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família do Senhor Edson Alexandre Zanotti, falecido no último dia 20 de novembro, no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 22.11.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

Apoiamiento:

Luiz Carlos Alborghetti.

REQUERIMENTO Nº 2494

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar para a família do jovem Ranis Lima Ribeiro, filho de Carmelita Lima Ribeiro, vice-Prefeita do Município de Ivaté, falecido no último dia 15, no Estado do Mato Grosso.

Sala das Sessões, em 22.11.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

Apoiamiento:

Luiz Carlos Alborghetti.

REQUERIMENTO Nº 2495

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Desembargador Aposentado Doutor Francisco Cunha Pereira, com 103 anos de idade, ocorrido nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 22.11.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com 103 anos de idade faleceu, nesta Capital, o Desembargador Aposentado Dr. Francisco Cunha Pereira, que era filho do Senador Simão da Cunha Pereira e Dona Eufrásia Vasconcelos Cunha.

Era viúvo de Dona Julinda Ferreira Cunha Pereira. Deixou os filhos: Doutor Francisco Cunha Pereira Filho; Doutor Lincoln Ferreira da Cunha Pereira; Doutor João Cândido Ferreira da Cunha Pereira e Dona Maria Julinda,

viúva do Senhor Francisco Leocádio Ribeiro Coutinho; netos e bisnetos.

O Desembargador Francisco Cunha Pereira foi Juiz de Clevelândia onde iniciou sua carreira, nomeado por Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado e percorreu várias Comarcas do Paraná. Na Capital foi Juiz de Menores em 1924, como pioneiro nesta especialidade em uma época em que não existiam preocupações com menores abandonados ou delinquentes.

Foi fundador da Faculdade de Direito de Curitiba onde lecionou e desempenhou as funções de Diretor entre 1952 e 1977, portanto, 25 anos consecutivos e ininterruptos.

Este Deputado teve o prazer de ser aluno do Doutor Francisco Cunha Pereira, na Faculdade de Direito de Curitiba, tendo recebido de suas honradas mãos o Diploma de Bacharel em Direito.

Francisco Cunha Pereira foi nomeado Desembargador em 1947 onde chegou a ser Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

De 1955 a 1959, foi Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná onde foi reconduzido para um segundo mandato por unanimidade de votos.

Foi o primeiro Juiz de Menores de Curitiba e o terceiro do Brasil, ocupando esse cargo por 23 anos.

Aposentou-se em 1966 depois de 40 anos dedicados à Justiça.

Em 1984, recebeu o título de Diretor perpétuo da Faculdade de Direito de Curitiba.

Em 13 de agosto de 1996 ao completar 100 anos de idade recebeu o Título de Cidadão Honorário do Paraná.

O passamento do Desembargador Francisco Cunha Pereira veio abrir enorme lacuna no seio da família bem como de seu vasto círculo de amigos dentre eles este Parlamentar.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Francisco.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre o Dr. Francisco e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprendeu Dele para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família do Dr. Francisco Cunha Pereira para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu servo Francisco sob a sua constante proteção para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os

horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções e assim, possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Cunha Pereira, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2504

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada do Sr. Áureo do Nascimento (Rua Costa Rica, 133 - Olaria - Colombo/PR - CEP: 83404-690), Sargento da Polícia Militar do Paraná, falecido nesta Capital em data de 19.11.99.

Sala das Sessões, em 22.11.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Faleceu nesta Capital, em data de 19.11.99, de problemas cardíacos o Sr. Aureo do Nascimento.

O Lire, como era conhecido entre seus companheiros, era Sargento da Polícia Militar e, aos 73 anos, faleceu, deixando viúva a Sra. Vandi Souza do Nascimento, 5 filhos e 13 netos.

Homem de valor, policial dedicado, trabalhou por 30 anos na Polícia Militar, onde prestou inestimáveis serviços em prol da população do nosso Paraná. Muito querido por seus colegas, deixa naquela Corporação uma lacuna impossível de ser preenchida.

À sua família enlutada, os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2511

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar à família Lima, pelo falecimento da jovem Anne Caroline A. de Lima, ocorrido no dia 21 de novembro de 1999, no Município de Colombo - Paraná.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família da Sra. Rosimeri Ângela de Lima Bolsi, através de correspondência a ser encaminhada à Rua José Leal Fontoura, nº 21, Centro, CEP: 83414-190, Município de Colombo - Paraná.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regime desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.11.99.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 2512

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar à família D'Agostin, pelo falecimento do jovem Marlon D'Agostin, ocorrido no dia 21 de novembro de 1999, no Município de Colombo.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família do Sr. Augustinho D'Agostin, através de correspondência a ser encaminhada à Rodovia da Uva, Km 6,0, nº 393, CEP: 83401-520, Município de Colombo-Paraná.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regime desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.11.99.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 2514

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de profundo pesar, pelo falecimento do Desembargador Francisco da Cunha Pereira, ocorrido no dia 18 de novembro p.p..

Requer, ainda, seja dado ciência à família enlutada, através de seu filho Senhor Francisco Cunha Pereira Filho.

Sala das Sessões, em 22.11.99.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Nasceu no dia 13 de agosto de 1897 na Cidade de Peçanha/MG, filho de Simão da Cunha Pereira e de Eufrásia de Vasconcelos Cunha.

Realizou seus estudos no Rio de Janeiro, bacharelando-se em Direito.

Iniciou sua carreira na magistratura do Paraná como Juiz Municipal de Clevelândia.

Em 1924 assumiu o cargo de Juiz de Direito de São José dos Pinhais. Nesse mesmo ano foi indicado pelo Superior Tribunal de Justiça para o cargo de Juiz de Menores, onde permaneceu por 23 anos consecutivos em defesa do menor infrator e das crianças carentes.

Em 1947, foi indicado pelo Tribunal de Justiça para ocupar a vaga de Desembargador.

No Tribunal de Justiça exerceu a vice-Presidência de 1949 a 1952. Durante quatro anos esteve à frente da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral.

Professor, um dos fundadores da Faculdade de Direito de Curitiba, onde esteve à frente da direção no período de 1952 a 1977, tendo recebido o Título de "Diretor Perpétuo".

Aposentou-se como Desembargador em 1966, após 40 anos de serviços prestados à Justiça.

Foi casado com Dona Julinda da Cunha Pereira (*in memoriam*), com quem teve quatro filhos: Francisco, Lincoln, João Cândido e Maria Julinda.

O Paraná perde um grande cidadão, que participou ativamente das transformações do nosso Estado, deix-

ando aqui sua família que tanto contribui para o desenvolvimento do Estado.

REQUERIMENTO Nº 2485

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, envio de votos de louvor e congratulações ao Senhor José Pires, o Zezo, Prefeito de Agudos do Sul, pelo aniversário do município no último dia 18, com realizações de grandes eventos sociais, culturais e principalmente com inaugurações de importantes obras que já estão servindo aquela comunidade.

Sala das Sessões, em 22.11.99.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Apoioamento:

Luiz Carlos Alborghetti.

REQUERIMENTO Nº 2487

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, um voto de congratulações à comunidade do Município de Itaipulândia, pelas comemorações do 7º aniversário de comemoração político-administrativa e pela 5ª Festa Internacional do Dourado no Carrossel, realizadas de 09 a 14 de novembro de 1999. O Deputado requer ainda um voto de congratulações ao Prefeito Municipal, Miguel Bayerle, ao vice-Prefeito Landair Bruch, ao Presidente da Câmara de Vereadores Flávio Inácio Fin e a todos os secretários municipais pelo trabalho que vem sendo realizado em prol da comunidade de Itaipulândia.

Sala das Sessões, em 22.11.99.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2488

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, um voto de congratulações à equipe de futsal do Município de Missal, que sagrou-se Campeã Paranaense de Futsal - Série Prata. O Deputado requer ainda um voto de congratulações ao Prefeito Laci Giehl, ao vice-Prefeito Plínio Stuani, ao Presidente do Clube, Darci Roque de Souza e ao Técnico da Equipe, Claudeir Pereira da Silva, pelo excelente trabalho que estão desenvolvendo em prol do futsal de Missal.

Sala das Sessões, em 22.11.99.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2496

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito

aplauso ao casal Wilson Ceschin e Roseli Ceschin, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 22.11.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2497

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Antonio de Barros e Eugênia Souza de Barros, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 22.11.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2501

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de votos de congratulações aos Senhores. Jaime Lerner, Hitoshi Nakamura e Nicolau Imthon Kluppel, respectivamente, Governador do Estado do Paraná, Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e o Diretor Presidente da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, SUDERHSA, pelo programa Terra Limpa.

Requer ainda, que desta decisão, sejam cientificados os respectivos homenageados.

Sala das Sessões, em 22.11.99.

(a) ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

Um grande número de embalagens contaminadas de agrotóxicos, em diferentes graus de toxicidade são geradas todos os anos, estimadas em média, em 14 milhões de embalagens por ano no Estado. Isto representa aproximadamente 2.000 toneladas por ano de embalagens, que necessitavam soluções ambientalmente corretas e saudáveis para estes resíduos gerados, principalmente pela agricultura, em virtude do uso do produto agrotóxico para combater pragas e ervas daninhas nas lavouras.

Uma das indicações por lei para destinação deste resíduo e que vem se praticando até então, é o enterro em covas próprias, entretanto com a saturação das propriedades e a inutilização de terras agricultáveis, uma nova alternativa de disposição estava sendo reinvidicada pelos próprios agricultores.

Em meio a busca desta nova solução, constatou-se que a grande parte destas embalagens vem sendo jogadas dentro de rios, queimadas a céu aberto, abandonadas nas lavouras, enterradas sem critério algum, recicladas sem controle ou até reutilizadas para o acondicionamento de água e alimentos, contaminando o meio ambiente e colocando em risco a saúde pública.

Estas ações sensibilizam um grande grupo de técnicos de diversas entidades governamentais e não governamentais, no sentido da urgência de indicar um destino correto aos resíduos agrotóxicos gerados no campo, as embalagens utilizadas, sem agredir ao meio ambiente e afastando quaisquer riscos à saúde, permitindo com mais esta ação, o desenvolvimento sustentado rural do Estado.

Um programa foi então desenvolvido com a meta de indicar o destino adequado destas embalagens sem destinação, pois a prática de enterro não mais atende à realidade do Estado.

Com este objetivo surgiu o Programa Terra Limpa, elaborado pelas Entidades, a seguir e demais mobilizadas por estas, quando do surgimento de assuntos fora de suas competências.

REQUERIMENTO Nº 2506

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de votos de louvor e congratulações à Prefeitura Municipal de Curitiba, pela realização da Maratona Internacional de Curitiba, Maratona Ecológica.

Sala das Sessões, em 22.11.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Realizada pela Prefeitura Municipal de Curitiba, a Maratona Internacional de Curitiba, levou muita gente às ruas ontem para torcer pelos atletas. Com mais de 1.200 atletas inscritos, a prova foi tranqüila. Muita gente acorreu cedo para aplaudir o esforço dos atletas.

A organização da primeira edição internacional da maratona Ecológica de Curitiba, garantiu a sua per-

manência no calendário internacional de maratonas, conforme avaliação do representante da IAAF (International Athletic Amateur Federation). O eficiente sistema de segurança e as modificações no percurso permitiram um melhor desempenho dos atletas, o que fez com que concorresse em grau de igualdade com a organização de corridas de longo curso, com as de Berlim e Tóquio, entre outras. Segundo ele, a prova de Curitiba tem características semelhantes à de Boston, Estados Unidos, onde os corredores precisam de preparo para vencer subidas e descidas acentuadas em alguns trechos.

A presença crescente de corredores de outros países, nos leva a crer no próximo ano, Curitiba deverá atrair mais atletas estrangeiros, que virão através de divulgação da prova lá fora.

A prova foi um verdadeiro sucesso popular, pois a população foi às ruas para prestigiar o evento, já que o tempo ajudou, com uma manhã de sol e temperatura amena. Um relógio para marcar o tempo da prova foi uma verdadeira inovação. Pela primeira vez na história das maratonas, um cronômetro foi instalado na metade do percurso, mais precisamente na Av. Marechal Floriano. Além de ser inédito, o mecanismo chamou atenção por seu visual: inflável e em forma de arco-íris, para ser visto de longe pelos atletas.

O campeão da maratona de Curitiba este ano foi o carioca Arnaldo Sales de Sá, de 30 anos que correu pelo Distrito Federal e foi também o campeão da maratona de Porto Alegre. O segundo colocado foi outro brasileiro: Lindemberg Gomes Nunes e em terceiro lugar ficou o paranaense Odiles Marçal Rodrigues, que representou a Cidade de São Mateus do Sul e marcou o tempo de 2h21min17seg.

A primeira mulher a cruzar a linha de chegada na Pedreira Paulo Leminski foi Maria Sandra Pereira, que também correu por Brasília e em segundo lugar chegou a paranaense Alina Karwowski, de São José dos Pinhais, com o tempo de 2h49min30seg. Outra paranaense, da Cidade de Piraquara, chegou em terceiro lugar: Rosângela Gavinski, com o tempo de 2h55min10seg.

A Maratona tem também uma categoria especial corredores portadores de deficiências. Este ano, o pernambucano Iranílson Oliveira da Silva, que correu pelo Rio de Janeiro, conquistou o Título de Tricampeão da Maratona Ecológica de Curitiba - categoria especial (cadeira de rodas), batendo seu próprio record. Aos 37 anos ele corre há 18 anos de cadeira de rodas. Este ano foi o primeiro em que as mulheres participaram na categoria especial - cadeira de rodas. Liamara Pereira Pires confirma uma tradição de vitórias na família, pois ela é esposa do tricampeão Iranílson da Silva.

O corredor mais idoso da Maratona, Tuplet de Vasconcelos, do Rio de Janeiro, de 87 anos, cruzou a linha de chegada com o tempo de 5h32min57seg. Ele está se aposentando das corridas, e considera a Mara-

tona Internacional de Curitiba como um fecho de ouro em sua carreira.

Pela realização da Maratona Internacional Ecológica de Curitiba, receba a Prefeitura Municipal de Curitiba, os votos de louvor e congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2507

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Associação Parnanguara de Artes Visuais - APAV (Rua Conselheiro Sinimbu, 120 - Paranaguá-PR), pela posse de sua nova Diretoria.

Sala das Sessões, em 22.11.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em 19 de outubro do corrente, a APAV - Associação Parnanguara de Artes Visuais, empossou sua nova Diretoria, que ficou assim composta:

Presidente	José Filippetto
vice-Presidente	José Ricardo Morato Rosa
1ª Secretária	Ana Maria Julião dos Santos
2ª Secretária	Margarete Formiga
1ª Tesoureira	Salete Dalla Rosa Coelho
2ª Tesoureira	Mariane Bassfeld

Conselho Fiscal:

Adalmy Persek Gamatter
Marlene A. Schmidt Beni Moura

Oradora:

Stella H. Barros

A toda a nova Diretoria, com desejo de sucesso na nova jornada, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2508

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Associação Brasileira de Agências de Viagens do Paraná - ABAV/PR (Travessa Nestor de Castro, 247 - Centro - Curitiba), pela posse de sua nova Diretoria.

Sala das Sessões, em 22.11.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Brasileira de Agências de Viagens do Paraná - ABAV/PR, está empossando nesta data a sua nova Diretoria, que ficou assim composta:

Diretoria

Presidente	Antonio João M. de Azevedo
vice-Presidente	Joel Duarte
1ª Secretária	Josanne Rizental Savas
2º Secretário	Geraldo Carlos de Campos
2º Tesoureiro	Antonio Carlos de Campos
2º Tesoureiro	João Adir Kampa Kupka
Dir. Reg. Foz do Iguaçu	Fernando Martin
Dir. Reg. Londrina	Valéria Cezar
Dir. Turismo Emissivo	Sidnei Duarte
Dir. Turismo Receptivo	Joel Duarte
Dir. Ass. Internacionais	Ruy Carlos Lopez
Dir. de Treinamento	Rubens Dobranski
Dir. de Fiscalização	Roberto Sperling

Conselho Deliberativo	Suplentes
Nelson Lisandro Mariani	Ruy Carlos Lopez
Flávia Sandrech Reis	Isabella Piá de Andrade
Trícia Sander	Herbert Franz Kleinbrod
Ângela Ninno Leite	
Anísio Oleksy	
Nelson Pires de Moraes Jr.	
Ozeil Moura dos Santos	

Conselho Fiscal	Suplentes
Sidnei Duarte	Giselda Schumann
Isolde Elly Soncin	Adalberto Pachnicki
Jeanine Degraf Enei	Rubens Dobranski

REQUERIMENTO Nº 2510

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações à UNIMED, pela inauguração do “Santana Unimed Hospital” no Município de Ponta Grossa.

Este empreendimento é o resultado de um trabalho dedicado à população, assegurando-lhes mais uma oportunidade para garantir a sua qualidade de vida.

A UNIMED mais uma vez, demonstra que com trabalho e dedicação, presta serviços de qualidade à população.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência aos diretores e funcionários, em nome do Dr. Alberto Olavo de Carvalho, Diretor Presidente da UNIMED, na Rua Santos Dumont, 1036 - Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 22.11.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2513

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações, pelo 38º aniversário do Município de Rancho Alegre, comemorado no dia 19 do corrente mês.

Requer ainda, seja dado ciência ao Senhor Antonio Pinesso, Prefeito Municipal e ao Senhor Paulo Sérgio Franco, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores daquela localidade.

Sala das Sessões, em 22.11.99.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O território do Município de Rancho Alegre teve grandes movimentações por conta da estrada boiadeira que cortava a região. Essa estrada, antiga via de acesso a Jataizinho, servindo inclusive de divisa entre esse município e Uraí, tinha algumas paradas ou pousos, de um dos quais originou-se Rancho Alegre.

Existia incipiente povoado na região quando por ali chegou a Companhia de Terras Barbosa, que adquirindo terras, demarcou-as e vendeu após potentosa campanha publicitária. Essa empresa colonizadora, bastante experiente, havia colonizado diversos outros lugares, com resultados bastante expressivos. A aquisição dos lotes era facilitada em prestações, com juros baixíssimos, e os terrenos urbanos eram vendidos com a condição de imediata construção, caso contrário o contrato de compra seria rescindido. Evitava-se dessa forma, a especulação imobiliária. Uma lei era raramente cumprida, onde toda área, de zona rural, nos nascentes povoados, deveria prever dez por cento de reserva florestal.

A região foi densamente povoada por paulistas, mineiros e nordestinos, colonos estrangeiros também adentraram ao povoado em formação, alguns espontaneamente. Os primeiros moradores de Rancho Alegre, que sempre carregou esse nome, foram as famílias de Agenor Gomes, Francisco Godoy, Oswaldo Richt e Célia Angela de Oliveira, que derrubaram a mata e plantaram café.

No final de 1944, em plena 2ª Grande Guerra, Francisco Godoy instala a primeira serraria, para o aproveitamento de milhares de metros cúbicos de madeira de lei, que eram derrubados nas matas virgens. Ainda nessa época, Sebastião Caetano Paraíso instala a primeira casa comercial, Alfredo Mello a primeira

padaria e Antonio Trawtwein faz funcionar a primeira farmácia, atos de verdadeiro pioneirismo.

Embalada pela crescente cultura cafeeira, surge no ano de 1947, a máquina de beneficiamento de café dos Irmãos Zanoni. Com a estabilização social e econômica do lugar, vem a condição de Distrito Administrativo, através da Lei Estadual nº 613, de 21 de janeiro de 1951, sendo elevado à categoria de município no dia 25 de julho de 1960, pela Lei nº 4245. A instalação oficial se deu no dia 19 de novembro de 1961, sendo que o Senhor Pedro Moreira do Prado foi o primeiro Prefeito nomeado do Município de Rancho Alegre.

Rancho Alegre pertence à Microrregião 06 (AMUNOP). A Câmara Municipal está composta pelos seguintes Vereadores: Murilo Fernandes Coimbra, Claudécir Cavalini, Sidney Eduardo, David Pereira, Virgolino da Silva, Armando Marçon, Oswaldo Picheli Pereira, José Benedito da Silva e Paulo Sérgio Franco.

Topônimo - A denominação origina-se de um pequeno rancho, construído às margens da antiga estrada boiadeira, sendo que neste lugar, os primeiros moradores da região se reuniram para promover festas e danças, passando então, a ser conhecido, como um “rancho alegre”, denominação que se perpetuou através dos tempos.

Dependência Genealógica - Rancho Alegre originou-se em 25/07/1960 de Jataizinho, que desmembrou-se em 14/03/1929 de São Jerônimo, que em 23/02/1920 emancipou-se de Tibagi, que se originou em 18/03/1872 de Castro, que se desmembrou em 24/09/1788 de Curitiba, que em 29/03/1693 emancipou-se de Paranaguá, criado em 29/07/1648 por Carta Régia.

Denominação dos habitantes - Rancho-alegrenses.

População - 4.523 habitantes.

Distritos - Sede.

Limites - Iporã, Jataizinho, Sertaneja, Sertãoópolis e Uraí.

Comarca - Uraí.

Altitude - 480m.

Coordenadas - 23°04' latitude sul, 50°54'30" longitude W-GR.

Extensão Territorial - 164,288 km².

Distância da Capital - 437 km.

Clima - Sub-tropical, úmido mesotérmico, com verões quentes e geadas pouco frequentes, com tendência de concentração das chuvas nos meses de verão, sem estação seca definida. A média das temperaturas dos meses mais quentes é superior a 22°C, e a dos meses mais frios é inferior a 18°C.

Padroeiro - São Pedro - 29 de julho.

Data de Comemoração Municipal - 19 de novembro.

Fonte: O Paraná e seus municípios.

REQUERIMENTO Nº 2515

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Federação da Agricultura do Paraná - FAEP/PR (R. Mal. Deodoro, 450 - 14º andar - Curitiba), pela realização do Programa Agrinho, cuja premiação deu-se em data de hoje - 22.11.99.

Sala das Sessões, em 22.11.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Programa Agrinho é desenvolvido mediante parceria entre o SENAR-PR, a FAEP, as Secretarias de Estado da Educação, da Agricultura e do Abastecimento e diversas empresas industriais. Desde 1996, vem difundindo noções que efetivamente contribuem para a melhoria das condições de vida. Pela via da educação complementar, crianças e adolescentes da área rural que cursam de 1ª a 8ª séries do ensino fundamental, recebem orientações sobre cuidados básicos com a saúde e o meio ambiente, além de princípios para o fortalecimento das relações sociais e para o exercício da cidadania.

Em 1999, duas novidades foram apresentadas pelo Programa Agrinho: a inserção de novos temas voltados ao meio ambiente - fundamentados nos mais avançados conceitos de compreensão da relação do ser humano com o ambiente em que vive - e mais uma modalidade de premiação - o Concurso de Experiência Pedagógica, que seleciona, a partir do relato dos professores, o trabalho pedagógico de destaque em todo o Estado.

Neste ano, participaram do Programa Agrinho 3.313 escolas e 743.759 alunos, com 1.230.000

intervenção(vários alunos participaram de 2 ou mais temas desenvolvidos pelo Programa), que recebem material didático especialmente idealizado pelo meio em que vivem. Para isso, os conteúdos dos diversos campos de conhecimento estão a cargo dos mais qualificados especialistas e são apresentados segundo padrões e critérios didáticos adequados. E para a fixação dos conhecimentos, o profissionalismo e o entusiasmo dos professores do ensino público têm sido decisivos. O êxito do Programa Agrinho como atividade de promoção social reside, assim, na qualidade e na apropriação dos conhecimentos que propaga.

Pela realização deste importante Programa, receba a Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FAEP, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2516

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Agudos do Sul, pela organização da belíssima

feita realizada no último domingo - dia 21, em comemoração ao seu 38º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito, a todos os Vereadores, bem como ao Reverendíssimo Padre Jorge Prado.

Sala das Sessões, em 22.11.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Foi com grande alegria que tivemos a honra de participar, domingo último, com a população de Agudos do Sul, juntamente com as autoridades representativas do Município, da belíssima festa realizada em comemoração ao 38º aniversário de emancipação política daquele progressista município.

Através da Assembléia Legislativa, queremos registrar nos Anais, para a posteridade, os cumprimentos efusivos a toda a comunidade de Agudos do Sul, especialmente aqueles que promoveram e participaram exaustivamente como o Excelentíssimo Senhor José Pires de Oliveira, Prefeito Municipal; o Exmo. Sr. Antonio Gonçalves da Luz, vice-Prefeito; o Exmo. Sr. Vereador Godofredo de Lima, Presidente da Câmara Municipal, ao Reverendíssimo Padre Jorge Prado e outros tantos abnegados que, como nós, acreditam que é somente através de um trabalho incessante que se obtém o grande resultado para tão linda festividade, que culminou com um desfile de duração aproximada de 03 (três) horas.

A história de Agudos do Sul é uma história de trabalho e luta sempre renovada pela fibra de seu povo, com a colaboração de seus administradores.

Portanto, é justo que na significativa festividade em comemoração ao 38º aniversário de emancipação política, prestemos a nossa homenagem de gratidão e reconhecimento à laboriosa população de Agudos do Sul.

REQUERIMENTO Nº 2518

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja enviado voto de congratulações ao Frei Nelson Rabelo, pela comemoração de 30 anos de Sacerdócio.

Do aprovado ainda, requer seja enviado cópia ao Frei Nelson - Endereço: Rua Silvino Vidal, 53 - Paróquia São Pedro Apóstolo, CEP: 85805-010 - Pato Branco - Paraná.

Sala das Sessões, em 22.11.99.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O Frei Nelson completa no próximo dia 20/12/99, trinta anos de Sacerdócio. A comemoração foi realizada no último dia 22/11/99 com uma grande confraternização na Paróquia São Pedro Apóstolo, no Município de Pato Branco.

A comunidade de Pato Branco reconhece na pessoa do Frei Nelson uma pessoa sensível, dedicada e

muito participativa ao longo de todos esses anos que conviveu e dedicou-se com seu trabalho em prol da comunidade patobranquense.

Atualmente o Frei Nelson é vigário paroquial na Paróquia São Pedro Apóstolo e um dos Diretores da Fundação Cultural Celinauta e da TV Sudoeste, onde vem desenvolvendo um trabalho exemplar como sacerdote e comunicador, fortalecendo a fé e trazendo a esperança, ao povo que lhe é grato por esse trabalho divino.

REQUERIMENTO Nº 2519

Senhor Presidente.

REQUER à Mesa Executiva desta Casa Legislativa, o envio de congratulações pela brilhante realização e sucesso alcançado pela EXPOVIZINHOS, Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Dois Vizinhos, realizada de 17 a 21 de novembro de 1999, na Cidade de Dois Vizinhos, às seguintes entidades:

ACIADV - Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Dois Vizinhos. Presidente: Gilmar Tomasson;

Sociedade Rural Vale do Iguaçu. Presidente: Idalino Toscan;

Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos. Prefeito: Jaime Guzzo;

Sadia S/A - Diretor Amaury Magalhães;

Grupo Meimberg - Diretor Presidente, Senhor Joseti Meimberg.

Sala das Sessões, em 22.11.99.

(a) LUIZ FRENANDES DA SILVA LITRO

REQUERIMENTO Nº 2498

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido da Senhora Onice Correia Oliveira, residente à Rua Galileu Galilei nº 757 - Vila Lindóia, que pede a verificação quanto a entrega de correspondências na rua em que reside. Há dois meses que o carteiro não entrega correspondências nas residências desta rua, causando muitos problemas para os moradores, principalmente quanto a contas a pagar, como planos de saúde e outros. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 248-6535.

Sala das Sessões, em 22.11.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2489

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes solicitando a construção de acostamento na PR-163, que liga os Municípios de Pranchita a Santo Antônio do Sudoeste.

Sala das Sessões, em 22.11.99.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 2490

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes solicitando a recuperação asfáltica da PR-469, que liga os Municípios de Dois Vizinhos até Itapejara do Oeste, passando pelo Município de Verê; e da PR-281, que liga Dois Vizinhos até os Municípios de São Jorge do Oeste e Chopinzinho.

Sala das Sessões, em 22.11.99.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 2491

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Exma. Sra. Secretária de Estado da Educação, solicitando a imediata abertura de matrículas para a Modalidade Normal de Nível Médio (antigo Curso de Magistério).

Sala das Sessões, em 22.11.99.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

A formação dos professores para atuar como docentes nos níveis de Educação Infantil (creches e pré-escolas) e nas séries iniciais do Ensino Fundamental, incluindo Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e para Comunidades Indígenas, segundo a legislação vigente, só poderá ser realizada em Curso de Licenciatura de Nível Superior ou na Modalidade de Nível Médio (antigo Curso de Magistério).

Ainda que a formação em nível superior seja a ideal, a realidade atual do Estado do Paraná mostra ainda, um quadro muito elevado de professores leigos, que muitas vezes não possuem sequer o ensino fundamental completo. A estimativa é de aproximadamente 30.000 professores leigos, atuando como docentes que atuam nas creches e pré-escolas, onde a situação é ainda mais grave. Só para citar um exemplo, as creches oficiais do Município de Curitiba contam com apenas um professor formado, sendo que os demais atendentes tem como exigência somente o ensino fundamental.

A partir deste quadro, o Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública, Gratuita e Universal, juntamente com as escolas e entidades filiadas, entende que a oferta do Curso Normal para a formação de Professores em Nível Médio no Sistema Público de Ensino é necessária e fundamental para suprir a esta demanda, em um período relativamente longo, até que se possa vislumbrar a possibilidade de formação superior em todos os municípios do Estado.

No entanto, a grande maioria das 308 escolas públicas que ofertam este curso de nível médio, ao optar

pelo PROEM, deixaram de oferecer matrículas nas primeiras séries, mantendo em funcionamento apenas as turmas que iniciaram o curso. Em 1999, somente 11 escolas ainda mantêm as quatro séries do Curso em funcionamento.

Pelo exposto acima, entendemos ser urgente a abertura de matrículas para o Curso Normal (antigo Curso de Magistério), devidamente autorizado pelo Conselho Nacional de Educação (Resolução CEB nº 02, de 19/04/99) e pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná (Deliberação nº 010/99, de 04/08/99).

REQUERIMENTO Nº 2492

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos para a Srta. Fernanda Schirr, de Francisco Beltrão, pela conquista do título de Miss Paraná 2.000, conquistado no concurso realizado em Curitiba.

Outrossim, requer que da decisão da Casa, seja dada ciência a Srta. Fernanda Schirr, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná receba os votos de congratulações e aplausos.

Sala das Sessões, em 22.11.99.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 2500

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a instalação de uma Delegacia Especializada “Anti-Tóxicos” na Região Noroeste, com sede na Cidade de Umuarama.

A presente proposta tem por finalidade proteger a região noroeste do problema de drogas que vem se alastrando em nosso país. A localização de Umuarama é propícia para a instalação desta delegacia, uma vez que a cidade está próxima do país vizinho Paraguai e do Estado brasileiro Mato Grosso do Sul, locais de intenso envolvimento com o tráfico de drogas. E é justamente esta proximidade que pode permitir a vulnerabilidade da região no consumo de drogas, o que pretendemos evitar com a instalação de um organismo especializado no assunto.

Para oferecer segurança e dinamismo nas ações vinculadas à questão de tóxicos, possibilitando a instalação de estrutura operacional à altura do porte da cidade e capaz de atender a demanda da população, pedimos uma atenção especial desta Pasta, no sentido de realizar estudos visando a possibilidade de atendimento ao pleito.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Fernando Scanavaca, Prefeito Municipal (Av. Rio Branco, 3717 - CEP 87501-130) e ao Vereador Arnaldo Rodrigues da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Umuarama (Av. Maringá, 4863 - CEP 87502-080).

Sala das Sessões, em 22.11.99.

(a) NELSON GARCIA

Apoiamento:

Luiz Carlos Alborghetti.

REQUERIMENTO Nº 2505

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, expediente solicitando reformulação do Contorno Leste de Piraquara - trecho de acesso ao Presídio de Piraquara.

Sala das Sessões, em 22.11.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Contorno Leste, no Município de Piraquara, não dá acesso à estrada que vai até o Presídio de Piraquara.

A trincheira só dá acesso ao Presídio para quem vem do município. para quem vai para o Contorno Leste e deseja entrar na trincheira, não há condições, pois falta a alça. A única alternativa é entrar no Município de Piraquara, o que traz transtornos diversos para os motoristas, pois seria muito mais fácil efetuar esta entrada naquele local.

REQUERIMENTO Nº 2509

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste na Ata dos trabalhos de hoje a matéria intitulada “As Peças e a Engrenagem”, do Jornal da Manhã, em anexo.

Tal matéria refere-se ao Secretário de Estado de Obras Públicas, Augusto Canto Neto, ao explicar o que ainda mantém afastados o Prefeito Jocelito Canto e o Governador Jaime Lerner, um mês depois de uma discussão que resultou no rompimento de relações entre os dois.

Sala das Sessões, em 22.11.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 591/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o *caput* do artigo 1º da Lei nº 12.612, de 12 de julho de 1999, que modificou o *caput*

do art. 1º da Lei nº 11.353, de 14 de março de 1996, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica criada a Região Administrativa do Médio Centro-Oeste do Paraná, integrada pelos seguintes Municípios: Laranjeiras do Sul, Quedas do Iguaçu, Guaraniaçu, Virmond, Nova Laranjeiras, Rio Bonito do Iguaçu, Diamante do Sul, Saudade do Iguaçu, Marquinho, Espigão Alto e Porto Barreiro”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.11.99.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O artigo 1º da Lei nº 11.353, de 14 de março de 1996, criou a Região Administrativa do Médio Centro-Oeste do Paraná e relacionou todos os Municípios integrantes, determinando o seu parágrafo único que os Municípios criados a partir da sanção da Lei no seu território de abrangência passariam automaticamente a integrá-la.

O artigo 1º da Lei nº 12.612, de 12 de julho de 1999, alterou o *caput* do artigo 1º da Lei nº 11.353, de 14 de março de 1996, para excluir o Município de Sulina da relação dos Municípios integrantes da Região Administrativa do Médio Centro-Oeste do Paraná.

As duas Leis, todavia, não fizeram referência ao Município de Porto Barreiro, que está localizado no seu território de abrangência e por isso integra essa Região Administrativa.

O Município de Porto Barreiro, por sua vez, não está enquadrado na hipótese do parágrafo único do artigo 1º da lei nº 11.353, de 14 de março de 1996, pois ele foi criado em 14 de dezembro de 1995, em data anterior, portanto, ao da sanção da referida lei.

O presente projeto de lei, então, visa justamente regularizar essa situação, incluindo expressamente o Município de Porto Barreiro na Região Administrativa do Centro-Oeste do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 592/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a instituir a obrigatoriedade de adaptação dos hotéis do Estado do Paraná, em no mínimo cinco por cento (5%) do total dos quartos e ou apartamentos, para atender necessidades dos deficientes físicos.

Art. 2º - Todo hotel adaptado deverá contar com um funcionário treinado para atender aos deficientes físicos.

Parágrafo Único - O treinamento a que se refere o Art. 2º será efetuado por técnicos da Associação dos Deficientes Físicos do Estado do Paraná.

Art. 3º - Caberá aos hotéis adaptados a exibição do selo de identificação, em local visível.

Art. 4º - A partir da publicação da presente Lei os hotéis terão um prazo máximo de 24 meses para se adaptarem, obedecendo as normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Art. 5º - Caberá a EMBRATUR - Paraná fiscalizar o cumprimento da presente lei, juntamente com as Prefeituras Municipais onde os hotéis estão localizados.

Sala das Sessões, em 22.11.99.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa autorizar o Poder Executivo a instituir a obrigatoriedade de adaptação dos hotéis do Estado do Paraná, em no mínimo 5% do total dos quartos e ou apartamentos, para atender necessidades dos deficientes físicos.

A Organização Mundial de Saúde informa que 10% da população brasileira é portadora de deficiência física.

Os maiores problemas que os deficientes físicos enfrentam, além do preconceito, são as barreiras que lhes são impostas, barreiras estas encontradas na arquitetura de prédios e ruas, o que os torna ainda mais dependentes, uma vez que as cidades são planejadas para os “andantes”.

Objetiva ainda o referido projeto de lei que os hotéis adaptados exibam um selo de identificação, bem como tenham em seu quadro funcional uma pessoa treinada para situações que envolvam os deficientes, cujo treinamento ficará a cargo de técnicos da Associação dos Deficientes Físicos do Estado do Paraná.

Nossa Carta Magna estabelece em seu Art. 5º que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à igualdade, à segurança e a propriedade” e é por esse direito a cidadania que clamamos aos nobres Pares para que o presente Projeto de lei seja aprovado em sua plenitude.

PROJETO DE LEI Nº 593/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a “A PATOFRUTA” - Associação de Fruticultores de Pato Branco, com sede e foro no Município de Pato Branco.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.11.99.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A PATOFRUTA terá como objetivo promover o desenvolvimento da fruticultura através da realização de obras e melhoramentos, com recursos próprios obtidos por doação ou empréstimo.

Defender os interesses dos fruticultores nos atos referentes à produção, comercialização de safra e comercialização de produtos de interesse de seus associados.

Organizar a compra de insumos, máquinas, equipamentos, produtos domésticos, necessários às atividades da fruticultura, bem como, promover seu desenvolvimento através do aumento da produção e da produtividade, visando o aumento da renda das propriedades.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, primeiro orador inscrito, com a palavra o Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados.

Na última sessão de quinta-feira, neste Plenário, aqui compareceu o Sr. Secretário Giovani Gionédís. E nós, na oportunidade, tivemos e temos a consciência tranqüila de elogiar quando algum membro do Governo toma uma decisão como foi tomada pelo Secretário de Finanças do Estado. Desde a sua ascensão, falava naquela oportunidade, Sr. Presidente, desde a sua ida, deslocado da Casa Civil para Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, ele coibiu e estancou aquele gasto sem previsão, aquela irresponsabilidade que foi feita em diversos setores da administração do Estado, e ele era e é a pessoa que mostra quem deve fazer a despesa com a receita que é apresentada. Aí o Paraná caiu na real e viu o montante da dívida em que se encontra o Estado.

Fizemos aquela explanação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, reconhecendo parte do trabalho do Secretário Giovani Gionédís. Fizemos, fazemos e sempre farei menções a setores do Governo do Estado que ajam de encontro ao anseio da família do Paraná. Posso não concordar, como não concordo, com os números apresentados da dívida, com a responsabilidade sendo transferida para Governos anteriores, possa não concordar, como não concordo, com atitudes do Governo do Estado do Paraná com referências à minha cidade, à minha região e ao meu Estado, mas nada me impede de cumprimentar algum ato bom que venha ao encontro da razão para o bem do povo do meu Estado.

Por isso, Sr. Presidente, faço esse esclarecimento, porque alguém interpretando outra forma, disse que os meus companheiros da Oposição teriam conversado com a minha pessoa, e nenhum deles, em momento nenhum, e nenhum, daqueles 14 amigos que temos nesta Casa, está amordaçado para elogiar algum, ato bom do Governo do estado do Paraná. Qualquer um de nós sabe e tem o discernimento para ver o que é bom para o Paraná e o que é

ruim, na visão de cada um que se assenta neste parlamento.

Por isso, Sr. Presidente, esta é a nossa primeira intervenção, neste horário, com referência ao episódio do comparecimento do Secretário Giovani Gionédís, nesta Casa.

Mas, o que queremos, Sr. Presidente, é com pesar dizer a esta Casa que Ponta Grossa Está de luto, que uma das pessoas mais bem situadas da cidade no campo econômico, social e assistencial, nesta madrugada já não se encontra mais no nosso meio material, no nosso mundo material que vivemos, a senhora Zacris Hilgenberg Miranda, esposa do empresário Lúcio Miranda, u dos homens que dá o maior valor para a nossa cidade, que empresta a sua colaboração em todas as solicitações que lhe são apresentadas, ter ceifado do seu meio este seu ente querido, a sua esposa e mãe dos seus filhos.

Queria, neste instante, que ficasse registrado nos Anais desta Casa, o falecimento da Zacris, uma mulher benevolente, que reunia em todos os Natais milhares de pessoas, reunia na Páscoa milhares de crianças, reunia atrás de si, todas as semanas e meses, creches, asilos, instituições de caridade, sempre com sua mão amiga retribuindo, a Deus, através daqueles seus irmãos, aquilo que lhe sobrava no mundo material que vivemos.

Não poderia deixar passar em branco a morte da Senhora Zacris Hilgenberg Miranda.

Por último, Sr. Presidente, quero dizer que a Presidência e a Mesa Executiva tem procurado os melhores meios ao seu alcance, fazem com que este Poder volte àquilo que desejamos, que é um salário justo aos seus servidores e que é a dignidade da função dos Deputados para exercerem-na em sua plenitude.

Cumprimento mais uma vez as decisões da Mesa, que vêm de encontro àquilo que desejamos, não só na meta que nos propôs quando o Nelson Justus foi candidato, mas nas ações que ele desenvolve neste Parlamento. Estas ações vêm de encontro àquilo que todos nós, os 53 senhores Deputados e mais a pessoa do Presidente desejamos, que é o soerguimento, independência e principalmente a harmonia deste Poder Legislativo.

Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Segundo orador inscrito, Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna para tecer alguns comentários a respeito da vinda a esta Casa do Secretário Giovani Gionédís, do Governo Jaime Lerner.

Me parece que é unanimidade no meio da Oposição que a exposição aqui feita pelo Secretário Gionédís não foi convincente. Os números sempre são questionados. O jornal "Folha do Paraná" estampa em manchete a discordância dos ex-Governadores Richa e

Álvaro a respeito daquilo que foi dito nesta Casa. Posso dizer também que os ex-Governadores Requião e Mário Pereira também não concordam com a exposição que foi feita pelo Secretário Gionédís.

Aliás, nas entrelinhas ficou clara para este parlamentar, a discordância que existe no seio do Governo entre o Secretário Gionédís e o Secretário Salomão. Este tido, anteriormente, como perdulário e o novo, o Gionédís, vindo para colocar rigidez nas contas públicas do Estado do Paraná.

Agora, não posso concordar com uma afirmação, uma delas, do Secretário Gionédís, quando diz que houve desmazelo no comportamento dos antigos administradores em relação à questão dos precatórios. Todo mundo sabe que os precatórios são pagos depois de serem inseridos na peça orçamentária. E se esses documentos da justiça não chegarem até o dia 30 de junho do ano corrente, esta dívida do Estado para o seu credor será colocada só após a vigência do outro orçamento. Resumindo, se não chegar até o dia 30 de junho, qualquer dívida será inserida na peça orçamentária lá no ano seguinte.

Bom, diz o Secretário que os Governantes Requião, principalmente, e Álvaro pagaram só o principal dos precatórios. Ora, é de todos conhecido, em cima disto que eu acabei de afirmar, que vem uma quantia exata que é colocada no orçamento e é só esta que vai ser paga. Após o pagamento desta parte principal é que o credor tomará as medidas necessárias para receber aquilo que virá em cima de juros e correção monetária.

Portanto, não houve desmazelo, coisa nenhuma, e também não concordo de maneira nenhuma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com esta música de uma nota só do Governo, que precisa jogar ativos, que é preciso jogar recursos no fundo de previdência, porque aí então estaremos no paraíso. Não é bem assim. Não é só com o desmonte do poder público, não é só com a venda de ações da COPEL ou da SANEPAR, enfim, o desmonte do patrimônio público, que se fará o acerto das contas do Governo do Estado.

E gostaria de perguntar ao Secretário, mas na minha maneira de ver são desnecessárias neste ponto, fica aqui a colocação que faço: na realidade, quanto é que gastou o Governo do Estado até este momento com propaganda e com publicidade?

Na explanação do Sr. Secretário ficaram não só as dúvidas em relação às dívidas; as dívidas existem neste total que foi colocado ou o total é maior? O Deputado José Maria Ferreira diz o seguinte: no final do período de 94 um empréstimo de 146 milhões de dólares foi feito e humanamente impossível seria àquele governo, gastar estes recursos que na realidade ficaram para o Governo Jaime Lerner.

Gostaria de perguntar ao Governo do Estado quanto é, repercutindo aqui as inúmeras vezes que Abdo Kudry tem perguntado, qual na realidade é o gasto do governo nestes últimos quatro anos com propaganda,

com publicidade? Pergunta quase que toda a semana o jornalista Luiz Geraldo Mazza, quanto é que se gastou com os Jogos Mundiais da Natureza? Quanto é que se gastou com a propaganda deste Governo que faz um esforço monumental para dizer que é um bom governo?

Bom governo é aquele que sem publicidade, sem propaganda, nestas medidas se coloca de maneira clara no conceito de toda a população.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é uma mentira dizer que acertaremos as contas do Governo do Estado somente com a venda dos ativos que o governo possui. Não é verdade. É preciso que se faça um esforço muito grande para se conter as despesas com propaganda, com publicidade. Qual é a verdade que existe na realidade em relação aos quadros de funcionários comissionados? Não é possível que se saia de uma folha de pagamento como era do governo passado para se chegar aos patamares da folha de pagamento que estamos vendo neste momento.

Portanto, Sr. Presidente, não podemos concordar com isso que foi dito aqui, que houve desmazelo. O que é desmazelo? É um desleixo, é a negligência, é o descuido dos outros governos? Não. Não foi bem assim. E aquele recurso enorme que foi aportado ao caixa do Estado com a venda em torno de quase dois milhões já neste momento dos ativos do Estado, para onde que eles foram? Portanto é preciso, e assim acho que deva ser feito, a Oposição tem obrigação de se debruçar sobre esses dados, questionar e profundidade para não termos só um quadro real das dívidas; nós, realidade caminhamos no sentido de eliminarmos as dúvidas.

Aqui volto à palavra do Deputado José Maria Ferreira, ele falou que houve um blefe do Secretário, então é a operação, me lembro do Paul Neumann jogando pôquer, mas também esta vinda do Secretário foi uma maquiagem geral, aí nesse momento o Secretário se transformou numa Dercy Gonçalves para fazer com que nós da oposição engolíssemos a maquiagem que foi colocada aqui. Nós, através da Bancada da oposição certamente voltaremos a esse tema porque ele interessa a todo o Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra Deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Tivemos neste final de semana em Curitiba, a realização da II Maratona Ecológica, Maratona Internacional de Curitiba, que movimentou a cidade, e acima de tudo, arrastou para a competição mais de 1200 atletas. E o sucesso da Maratona foi tão grande que o Delegado da Confederação Brasileira de Atletismo e representante internacional da AMETUR, Paulo Silva, confirmou ontem que a organização da Maratona Ecológica deste

ano vai garantir a presença de Curitiba no calendário internacional de maratonas.

Segundo ele, a Maratona Ecológica Internacional primou pela boa organização, pelo eficiente sistema de segurança e pelo percurso que sofreu modificações neste ano, permitindo melhor desempenho dos atletas. De forma que, com esses requisitos, Curitiba concorre em grau de igualdade com a organização de corridas de longo curso, como a de Berlim e de Tóquio, entre outras.

O Prefeito da cidade, Cássio Taniguchi, que já na sexta-feira recepcionava os atletas vindos do Brasil, de várias partes do País e do exterior também, ficou surpreso com a vitória dos brasileiros nas categorias feminina e masculina. A presença de competidores estrangeiros consolida também Curitiba no cenário internacional. Para o Prefeito, a Maratona do ano 2000 deverá reunir até 2000 corredores, contra os 1252 deste ano, além de um maior número de representantes do exterior. Este ano o número de estrangeiros inscritos chegou a 19, de onze países, incluindo o Brasil, além do dois sulamericanos e de um queniano, um da Itália, um da Áustria, um da Alemanha, um da Inglaterra e um do Chile também.

Para que os senhores tomem conhecimento, os cinco primeiros colocados na classificação geral: Arnaldo Sales de Sá, de Brasília; Linderberg Gomes, de Brasília; o paranaense, lá da terra do Deputado Nelson Justus, Odilis Marsal Rodrigues, de São Mateus do Sul; Matusalém de Lima, que veio da cidade do interior de São Paulo; e Diamantino Santos, de Minas Gerais. Na categoria feminina: Maria Sandra Pereira Silva, de Brasília; Alina Karvosk, de São José dos Pinhais; Rosângela Gavinsk, de Curitiba; Zeneide Aparecida, de Curitiba; e Adriana Irene Calvo, de Buenos Aires. Este foi realmente um sucesso, com a premiação chegando na ordem de 78 mil reais, aos competidores.

Senhor Presidente e Senhores Deputados. Venho à tribuna também, nesta tarde de segunda-feira, para dizer que na manhã de hoje, estivemos numa reunião, na Secretaria Estadual de Educação, para tratarmos do calendário escolar. A Comissão de Educação da Assembléia Legislativa, que é presidida pelo Deputado Irineu Colombo, que tem a presença do Deputado Annibelli, deste Parlamentar, do Deputado Pastor Praczyk e outros companheiros, já vêm há três meses discutindo e preparando uma proposta para a mudança do calendário escolar, para atender apelos, não somente dos prefeitos e também do comércio do litoral do Paraná, mas até mesmo de outros municípios que exploram o turismo. Algumas propostas foram apresentadas à Secretaria Estadual de Educação.

Nós mesmos participamos em Morretes há quinze dias atrás, do “workshop” e lá os Secretários Municipais de Turismo, juntamente com os Prefeitos, levaram uma proposta. Nós a encaminhamos via Comissão de Educação à Secretaria Estadual, Alcyone Saliba. Esta foi uma proposta. Uma outra proposta também foi apresentada pelos Senhores Prefeitos.

Hoje pela manhã, depois de uma análise de todas as propostas, os Prefeitos do litoral do Paraná e nós, que lá estivemos representando esta Casa, recebemos uma contra-proposta da Secretária de Educação, que à primeira vista, Senhores Parlamentares, chegou a consenso em relação aos Prefeitos do litoral do Paraná. As aulas já não começariam entre 07 e 14.02, mas sim no dia 16.02, numa quarta-feira. teríamos 31 dias de férias, em janeiro; e 10 no mês de dezembro, totalizando 61 dias no primeiro semestre. No segundo semestre, evidentemente, já incluindo aqui também o primeiro e segundo semestre, teríamos 100 dias de aulas no primeiro semestre e 101 dias no segundo semestre. As aulas terminariam no dia 21 de dezembro. portanto, começariam no dia 16/02 e terminariam no dia 21.12 do ano que vem.

Há que se destacar também que foi feito um estudo em relação à questão de alguns recessos, alguns feriados que caem na terça-feira e que, geralmente, o pessoal, emendando o final de semana, não trabalham na segunda, aproveitando o feriado de terça-feira. Por exemplo, dia 06 a 08.03 o carnaval do ano que vem, é na segunda, terça e quarta-feira; no dia 20.04, a Páscoa, que cai numa quinta-feira, certamente o pessoal vai emendar a sexta-feira, e já vem sábado e domingo. No dia 23.06, Corpus Christi, que também cai numa sexta, já emenda com o sábado. O dia 08.09, que é a Semana da Pátria, o dia 07 cai numa quinta e o dia 8 numa sexta, então já emenda com o feriado de Curitiba, feriado santificado, dia da Padroeira de Curitiba.

Dia 13.10, dia de Nossa Senhora Aparecida, que é dia santo nacional, cai numa sexta-feira também. Dia 03, finados, cai numa sexta-feira também.

Então, haveria também já o aproveitamento desse recesso, o que permitiria dizer que quem está no litoral, no feriado, já emenda com o dia útil seguinte.

Esta é a proposta que foi apresentada hoje pela manhã, pela Secretaria Estadual de Educação, e que foi aceita pelos representantes de Prefeitos que estavam hoje lá na Secretaria Estadual de Educação.

Resta apenas que a Secretária tenha o entendimento com o Conselho Estadual da Educação, Senhor Presidente, que é quem vai dizer a palavra final, para que haja o entendimento com o Conselho Estadual da Educação, que, a princípio, também posso, praticamente, garantir aqui que também é favorável a esta alteração.

Portanto, me parece que conseguimos uma boa vitória nesta questão que já vínhamos tratando há mais de três anos. Os Prefeitos do litoral vêm se debatendo em cima desta questão do calendário escolar. E agora, pela boa vontade da Secretária, pela boa vontade que, acreditamos, terá o Conselho Estadual de Educação, haveremos de atender o apelo dos Prefeitos do litoral do Paraná, dos Secretários de Turismo. Evidentemente, com a Secretária ouvindo a classe estudantil, a classe dos professores, para que possamos fazer esta alteração no calendário.

E aí o trabalho em cima das escolas particulares. Dei hoje a sugestão aos Prefeitos, na reunião, para que eles comecem a enviar cartas, pedidos aos sindicatos das escolas particulares, para que também venham a aderir a esta proposta da Secretaria Estadual da Educação.

Era isso, portanto, Senhor Presidente, o que queria trazer, neste início de tarde. É uma notícia nova, esta Casa recebe em primeira mão, pelo fato de termos participado da reunião hoje pela manhã, na Secretaria Estadual da Educação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, convidados que nos honram nesta tarde.

Eu e outros companheiros, como o companheiro Algaci Tulio, que acabou de usar a tribuna, saímos de um evento promovido pela Federação da Agricultura, promovido pelo SENAC, com a Secretaria da Educação, Secretaria da Agricultura, Secretaria de Meio Ambiente, as Prefeituras Municipais do Estado do Paraná e as empresas filiadas a ANDEF, e lá encontramos uma parceria que deveria ocorrer entre a sociedade civil, as empresas e o Poder público, parceria esta que trouxe durante o exercício escolar de 1999, discussão com relação ao meio ambiente, à preservação dos recursos naturais e por que não dizer, lições de cidadania, na área da educação, saúde e do respeito da convivência harmônica entre os membros da sociedade.

Foram 3.313 escolas, Senhor Presidente, que vivenciaram o Projeto Agrinho, numa verdadeira lição de cidadania, onde participaram 740 mil alunos, do um milhão e setecentos mil alunos que estão matriculados na rede escolar pública da 5ª à 8ª séries do ensino fundamental.

Hum mil e duzentos e trinta alunos participaram de algum tipo de atividade dentro desse programa.

É uma verdadeira lição de cidadania, especialmente de participação da sociedade mostrando que não precisa muito e não gastou um terço, um décimo do que se gastou em Faxinal do Céu, para mobilizar a sociedade paranaense, especialmente na área da educação, na área do conhecimento. Nós aqui queremos registrar os nossos agradecimentos e o sentimento que nos tomou de cidadania, quando lá teve professoras do Paraná inteiro e alunos da 1ª série a 8ª série, inclusive, sendo ganhadora de um dos prêmios uma aluna do Regime dos Excepcionais.

Aqui então fica o meu registro em relação ao programa "agrinho promovido, realizado e sustentado pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná, em conjunto com os órgãos do Governo.

Feito isso, Senhor Presidente, quero me reportar sobretudo, à presença na última quinta-feira, nesse

Plenário, do Secretário da Fazenda, Doutor Giovani Gionédís.

Em primeiro lugar esta Casa, a despeito de ter algumas idéias divergentes, mas sempre quando vem uma autoridade para prestar informações, esta Casa, sai ganhando.

Mesmo que esteja na histórica posição de inferioridade, porque esta Casa não tem as informações, não tem os dados, não possui estrutura e os parlamentares não o tem, de bancar um diálogo, uma discussão com quem traz um séquito de quarenta assessores, informando e repassando informações.

Mas essa Casa cumpriu o seu papel, especialmente aqueles Deputados que buscaram inquirir.

Pediria, Senhor Presidente a Vossa Excelência, que quando o Secretário viesse a esta Casa, trouxesse as explicações como determina o Regimento, para que pudéssemos ter informações. Nós recebemos cinco minutos antes uma planilha complexa e que não foi possível fazer uma análise, em função até da questão regimental, não foi possível dissecar essa tabela na hora, mas por darmos uma corrida de olhos em cima dos dados que apresentou o Secretário, trazendo dados de 1979 a 1998, há uma dívida fundada de dois bilhões, trezentos e noventa e quatro milhões.

Aí nós queremos discutir esses valores. Ora! Vamos acompanhar, Senhoras Deputados. Em 31.12.94, o Governo de Roberto Requião e Mário Pereira, entregou o Estado com uma dívida de um bilhão e trezentos e noventa e cinco. Esta dívida a cada mês é amortizada, do serviço que são juros e a correção monetária, é amortizada uma parte do capital.

Será que 58 meses depois, quase cinco anos, você pagando o principal e pagando os juros essa dívida iria subir? Foi a primeira análise que fiz.

Por isso afirmei que foram maquiados os dados que o Secretário trouxe à Casa. É impossível a dívida subir, se eu a cada mês paguei parte do capital e resgatei correção monetária e os juros; matematicamente é impossível essa dívida ter subido.

Digo mais, não foi verdadeiro o Secretário, quando trouxe os números à Casa.

Em 1983, o Senhor Secretário lança uma dívida de 518 milhões - COPEL aviso 09 -CRC - Certidão de Recebimento de Créditos.

Era Governador José Richa. Aqui foi uma consolidação de uma dívida que já vinha antes do Estado, que foi trocada pelos créditos junto à ELETROBRÁS. Aqui foi consolidada toda uma dívida e atribuída ao Governo José Richa. No entanto, a COPEL ficou devedora, porque o Estado ficou credor através de uma lei do Deputado Luiz Carlos Hauli que voltava aos créditos de 1979, ou anterior a 1979. E foi contabilizado como débito do governo José Richa. Depois em 1990 debitou à coluna dos administradores anteriores ao Jaime Lerner, quatrocentos e seiscentos

milhões ponto três referem-se à Lei nº 9496, títulos Públicos.

Era então o período de governo de Álvaro Dias. E por quê? Porque se financiou uma dívida interna, nossa anterior a 1990 e consolidou através da rolagem, só que, quando fez a rolagem, quando o atual governo fez a sua rolagem, debitou lá para trás.

Agora quando foi do Álvaro Dias, lançou dentro do período administrativo, que correspondia ao Governo Álvaro Dias.

Nas dívidas externas temos aqui BIRD e PQE. O PQE - Programa de Qualidade de Ensino Fundamental. Este programa foi assinado na segunda quinzena de dezembro de 1994.

Foi assinado pelo Governador Mário Pereira e pelo Secretário de Educação João Olivir Gabardo. Faltavam apenas quatorze dias para encerrar o governo. Era impossível ao Governo de então, em quatorze dias, comprometer 136 milhões e 400 mil Reais. Faltou verdade e seriedade quando o Secretário trouxe os números e esta Casa. O Secretário não precisa vir aqui tentar nos enganar. Ele tem que vir para dar explicações e não para justificar governo de outros. Parece até que o atual governo não assumiu, e que continuam respondendo pelo governo os Senhores Jaime Canet, José Richa, Álvaro Dias e Roberto Requião.

BIRD e PROSAN - Temos aqui 139 milhões e seiscentos mil reais. Roberto sabemos que no início da legislatura passada criou-se aqui nesta Casa duas Comissões Parlamentares de Inquérito. A CPI da SANEPAR e a do Porto de Paranaguá, da qual o Presidente da CPI da SANEPAR fui eu e do Porto de Paranaguá, foi o Deputado Algaci Túlio.

Entretanto, lá naquela oportunidade, o PROSAN só tinha comprometido 55 milhões de reais. Hoje nós temos lançado, isso já era 95 e nós temos lançado, na conta PROSAN 92, 139 milhões de reais e que foi o valor total segundo as informações do Senhor Secretário a esta Casa, gasto ou investido.

Aqui já temos mais de 100 milhões de diferença. Se observarmos, temos 22,23 e 24. O 24 foi um programa desenvolvido - Deputado Cezar Silvestri, Vossa Excelência que é da área do DER - para fazer a restauração das estradas estaduais e, ele não foi gasto integralmente no período do Governo Roberto Requião e Mário Pereira. E ele acabou de ser concluído no primeiro governo do Governador Jaime Lerner. E aqui esta todos eles inclusos no governo, como se fosse dos governos de então.

Então, dentro da própria estratégia que trouxe o Senhor Secretário a esta Casa, não convenceu e, pena que hoje ele não está presente, até porque o Regimento traz algumas dificuldades. Acho que precisamos escolher uma comissão para oferecer a Mesa Executiva uma alternativa para que nós ao inquirirmos um secretário aqui, tenhamos condições, efetivamente, de estabelecer um diálogo produtivo, esclarecedor. Não um diálogo que nos leve a situações de um dia depois, da semana seguinte, na

ausência do Senhor Secretário naquela tribuna, questionarmos estas questões.

Por isso deixo aqui e reafirmo que o Secretário Giovanni Gionédis, veio a esta Casa mascarando uma tabela e negando as informações que são reais na dívida do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, na realidade o que me traz à tribuna não passa de um breve aviso aos membros da Assembléia Legislativa.

Hoje às 16:00 horas da tarde e pode não ser exatamente nesse horário, depende um pouco da tramitação dos projetos, da votação aqui, mas a Assembléia vai fazer a reunião dos Deputados indicados para a Comissão Parlamentar Especial de Investigação, na Sala das Comissões.

Nessa reunião, Senhor Presidente, deveremos eleger o Presidente, deveremos designar um relator, e sub-relatores. Deveremos aprovar um calendário de trabalho, para esta Comissão que tem um papel importante, para auxiliar a Comissão de Investigação do Congresso Nacional, que está desvendando ao povo brasileiro o quanto o crime organizado está instalado no nosso país.

A princípio, até ontem, pensávamos que o problema da droga, do tráfico de cocaína era um problema dos morros cariocas e da periferia do Estado de São Paulo, porque assistindo no noticiário da imprensa, vimos as guerras de gangues traficantes sendo assassinados, mortos, chacinas acontecendo diariamente. Para surpresa nossa, o crime está organizado, conectado, formando uma grande organização criminosa em território nacional. Os estados arrolados aonde que o crime se relaciona: o Acre de Hildebrando Pascoal, agora indiciados por suspeita de participação do Grupo "Oleir Kameli", o ex-Governador do Piauí aonde o juiz, desembargadores, delegado de polícia, comandantes da polícia militar e Deputados participam da organização criminosa do Piauí. No Estado do Maranhão é o mesmo tipo de organização que foi detectado e foi desvendada.

Um Deputado foi cassado, José Gerardi foi cassado, outro Deputado foi o Deputado denunciante, Deputado Caica, empresários, juiz, Desembargador, policiais civis e policiais da Polícia Militar, notadamente o ex-Coronel Comandante da Polícia Militar do Estado do Maranhão. Então já temos o Acre, o Maranhão, o Piauí, o Mato Grosso do Sul, o Rio de Janeiro com um Deputado envolvido e com o crime que já sabemos que está sendo investigado no Rio de Janeiro; só nesses últimos 30 dias onze mil denúncias chegaram para a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Denúncias envolvendo personalidades políticas, personalidades da sociedade

carioca e membros do organismo de segurança do Estado do Rio de Janeiro.

O Estado de São Paulo - onde todos pudemos assistir pela televisão - o tráfico está muito bem consolidado e tem um Q.G. montado na Cidade de Campinas. Onde, para surpresa nossa, até um empresário conhecido, principalmente daqueles que gostam de automobilismo no território nacional, o empresário Xandi Negrão, envolvido com o esquema de lavagem, de legalização do dinheiro obtido pelas organizações criminosas no nosso país. E no Estado do Paraná, as notícias que temos é de que o Estado do Paraná faz parte profunda dessa organização criminosa desvendada pela CPI do Congresso Nacional.

Seja pela legalização do dinheiro através das casas de câmbio, notadamente situadas na Cidade de Cascavel e na Cidade de Foz do Iguaçu, seja pela participação criminosa de policiais civis e militares, seja pela participação de empresários, seja pela participação, até, de membros do Poder Judiciário no Estado do Paraná. E se tem já notícias de que há indícios e revelações não públicas ainda, mas há indícios de participação de políticos do Estado do Paraná envolvidos não somente com lavagem de dinheiro, mas com o tráfico de drogas no nosso Estado, podendo estar participando desta organização criminosa que a CPI a nível nacional está fazendo.

Então gostaria de avisar, mais uma vez, os Deputados: Tiago Amorim, Algaci Tulio, Caíto Quintana, Fernando Ribas Carli; Luiz Carlos Alborghetti e José Maria Ferreira, para que às 16 horas estejam presentes à Sala das Comissões, onde vamos realizar a primeira reunião de trabalho, desta Comissão que tem por objetivo ajudar a Comissão Parlamentar de Inquérito instalada no Congresso Nacional para investigar e apurar as denúncias de participação de membros dessa quadrilha de narcotraficantes e do crime em nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Horário da Liderança das Oposições, concedo a palavra ao Deputado Edgar Bueno.

O SR. EDGAR BUENO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje, segunda-feira, primeira sessão depois das manifestações do nosso Secretário Giovani Gionédís. Os seus números trouxeram algumas novidades que nos levam a ocupar esta tribuna, novamente, para que esta questão da dívida do Estado do Paraná seja esclarecida. Não será esclarecida enquanto não formalizarmos aqui e aprovarmos uma CPI, porque os números apresentados pelo Secretário Gionédís desautorizam os números apresentados pelo Líder do Governo apenas duas semanas atrás, quando o Líder do Governo apresentou uma dívida de 5 bilhões e 900 milhões e o Secretário apresenta uma dívida de 9 bilhões 111 milhões. Só isto mostra que o Governo não se entende, que o governo está perdido nos

seus números e quando o Gionédís, apenas 3 semanas depois apresenta números alterados daqueles que foram sustentados pela base do Governo na Assembléia Legislativa, temos que realmente para analisar melhor esta questão. E essas declarações do nosso Secretário Giovani Gionédís também trouxeram a manifestação de três ex-Governadores, e são manifestações que precisam ser levadas em consideração.

Vejam só! “Richa, Álvaro e Requião garantem que entregaram as contas equilibradas”, e aí eles dizem mais o seguinte: “O ex-Governador José Richa, os Senadores Álvaro Dias e Roberto Requião foram unânimes em devolver ao Governo Jaime Lerner, PFL, a responsabilidade pelo endividamento do Estado, atribuída em pelo menos 75% aos ex-Governadores.”

Eles pelo menos, o Secretário da Fazenda, Giovani Gionédís, no seu depoimento de 6ª feira, na Assembléia Legislativa, afirma que a dívida do Estado é de 9,1 bilhões, e que 6,8 bilhões dessa dívida são de responsabilidade dos Governos anteriores. Houve aí então, as contestações dos três ex-Governadores.

Eles disseram ter recebido e repassado seus caixas equilibrados para os seus sucessores, eu nem diria que foi uma afirmação agressiva, foi de um ridículo atroz o que o Secretário disse, porque o que aconteceu com o Paraná foi produto da corrupção e incompetência do atual Governo.

“Não fui eu que vendi a COPEL e o BANESTADO”, reagiu o Senador Roberto Requião. O Senador Álvaro Dias se manifestou a partir da ironia.

Giovani Gionédís está culpando até Pedro Álvares Cabral, ele conjugou muito o verbo “mentir” nesse depoimento, ao invés de resolver o presente e o futuro, “este Governo prefere vasculhar o passado,” atacou o Senador tucano que governou o Paraná entre 87 e 90.

Para o ex-Governador José Richa, “o atual Governo está inventando uma desculpa para encobrir a sua inabilidade administrativa. O Paraná sempre foi um Estado administrável, que sempre teve condições de pagar suas dívidas. No Governo Jaime Lerner, essa dívida cresceu muito mais do que outros governos, escondeu isso e jogou a culpa nos outros, e esconder isso é também hipocrisia”, diz o ex-Governador José Richa. “Ele que assuma a responsabilidade”.

Então, meus caros Deputados, o Richa ainda diz mais aqui, que ele acha que o Governo Lerner desequilibrado foi a sua folha de pagamento, porque ele e os outros governadores também entregaram com apenas 50% do orçamento do Estado, a folha de pagamento.

Então, meu caro Líder do Governo, Valdir Rossoni, duas questões a serem analisadas aqui.

Uma delas é com referência às manifestações dos governadores e a outra é com referência até a sua declaração de que o Estado deve apenas 5 bilhões e 900.

E dito isso, concedo o aparte ao Deputado Valdir Rossoni, Líder do Governo.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Edgar Bueno, no pronunciamento que fiz no dia em que esteve aqui o Secretário de Finanças, não sei se falei em grego, inglês, japonês ou alemão, mas respondi a Vossa Excelência. Os números que trouxe aqui quando fiz o pronunciamento do endividamento do Estado, são os mesmos que vieram aqui trazidos pelo Secretário Giovanni Gionédís. Mas esclareci no meu pronunciamento de que nos meus números não estava a somatória dos precatórios e V.Exa. está com dificuldades de entender isso e estou voltando a colocar aqui que os números que apresentei são os mesmos apresentados pelo Secretário Giovanni Gionédís, excluídos os precatórios.

Se Vossa Excelência não conseguir entender, poderemos ir buscar as notas taquigráficas e Vossa Excelência vai verificar que estou sendo repetitivo.

Quanto à questão do Secretário, o que me deixa pensando é que parece que a Oposição adotou uma estratégia nada salutar para a democracia. Ora, se faz um carnaval aqui, exige-se a presença do Secretário, ele vem a esta Casa, traz os esclarecimentos. Praticamente não foi questionado, não quero dizer que foi despreparo, ou falta de atenção ou cuidados com os números e agora, dois ou três dias depois que o Secretário vem aqui, se contestam os números. Ora, o melhor momento de contestar os números, era no momento em que estava aqui o Secretário Giovanni Gionédís e está aqui o Regimento Interno e se V. Exa. verificar, vocês tinham muito tempo para questionar o Secretário Giovanni Gionédís. Todos os partidos políticos poderiam ter feito uso do Regimento Interno e ter feito uso do Horário das Lideranças e cada liderança teria o tempo para questionar o Secretário, além das inscrições feitas.

Na verdade, Deputado Edgar Bueno, chego a uma conclusão que talvez seja desagradável a Vossa Excelência. Vossas Excelências não querem esclarecimentos, querem ficar fazendo discurso, porque faz parte do papel da Oposição e se for esta a posição de V. Exa., nós vamos aceitar e vamos ficar ouvindo o discurso mas os números que V. Exa. está dizendo, batem com os que o Secretário trouxe a esta Casa, tirando a soma dos precatórios.

Eu lhe devolvo o aparte e agradeço o aparte que V. Exa. me concedeu e espero ser gentil, da mesma forma quando estiver fazendo uso da palavra no Horário da Liderança.

O SR. EDGAR BUENO

Eu faria uma pergunta para o senhor, porque V. Exa. usou três minutos. Eu gostaria de saber se V. Exa. vai me ceder esses três minutos usados por V. Exa. no tempo do Horário da Liderança do governo.

O Sr. Valdir Rossoni

Não vou ceder, porque V. Exa. não colocou essa pré-condição e o Regimento Interno não permite. V. Exa. conhece o Regimento Interno e ele não permite.

O SR. EDGAR BUENO

V. Exa. gostaria da mesma fidalguia e só para o seu lado. Infelizmente o senhor não tem a compreensão. Com referência às notas taquigráficas que V. Exa. disse requisitar, Deputado Valdir Rossoni, gostaria que V. Exa. prestasse atenção, porque são palavras suas. Aqui está escrito o que o senhor disse, Deputado. Então o senhor não precisa buscar notas taquigráficas, porque já estão aqui, na minha mão, e Vossa Excelência diz que o governo do Estado do Paraná deve única e exclusivamente cinco bilhões, oitocentos e oitenta e dois milhões. São palavras de Vossa Excelência. Vossa Excelência diz que o Senador Álvaro Dias mente quando divulga no Senado Federal, oito bilhões e setecentos milhões de dívida.

Vossa Excelência precisa trazer a verdade e sustentá-lo. O senhor pode sofismar a verdade, como Vossa Excelência tem dito e acusado a Oposição. Vossa Excelência precisa confirmar aquilo que disse. As notas taquigráficas estão aqui e eu não vou ler muito daquilo que disse Vossa Excelência porque Vossa Excelência deve estar com isso gravado na sua própria memória, até para que eu não deixe Vossa Excelência em má situação perante todos os Deputados desta Casa, porque está aqui escrito, dito por Vossa Excelência e gravado.

Temos a oportunidade de ver que quem deseja manipular os números da dívida pública do Estado do Paraná, é Vossa Excelência.

Como meu tempo acaba, quero agradecer um minuto a mais, concedido por V. Exa., meu caro Presidente Nelson Justus.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças.

Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas.

Eu não faria hoje, uso do Horário da Liderança do Governo, mas quando ouvi aqui as palavras do Deputado Edgar Bueno, volto a esta tribuna para reafirmar o que falei aqui antes da vinda do Secretário Giovanni Gionédís.

Os números que eu trouxe aqui são números redondos, não foram números exatos, e em números redondos podem haver uma variação de poucos milhões, não de bilhões, como tem acontecido nesta Casa. O número que trouxemos aqui foi em torno de 5.8 bilhões, a dívida do Estado.

O Secretário Giovanni Gionédís trouxe aqui uma dívida de 5 bilhões, setecentos e setenta e alguns quebrados. Quer dizer o seguinte: os meus números com os números do Secretário Giovanni Gionédís, batem.

Quando fiz uso da tribuna, aquele dia na presença do Secretário Giovanni Gionédís, ressaltéi que o Líder das Oposições estava equivocado quando queria atribuir a

mim que os meus números não batiam com os do Secretário Giovani Gionédís. E eu ressaltei que aos meus números não estavam somados os precatórios, que daí chegaria-se aos números trazidos aqui pelo Secretário Giovani, 9 bilhões, ponto um, mais ou menos, esses são os números. Agora querer atribuir a mim que não trouxe os números verdadeiros, não é verdade. Segundo, dizer que não batem os números trazidos pelo Líder do Governo e pelo Secretário Giovani Gionédís, não batem, porque ressaltei que aos meus números não estavam somados ou contabilizados os precatórios.

Só lamento que todo esse episódio, quando nós trouxemos aqui o Secretário, o Regimento diz que as Sessões, se não me falha a memória, gostaria que a minha assessoria me socorresse, as sessões devem durar duas horas, duas horas e meia, se não me falha a memória, o Secretário Giovani Gionédís ficou aqui por mais de quatro horas. A Oposição deixou de fazer o uso do horário das lideranças que lhe cabia para ainda questionar o Secretário Giovani Gionédís.

Então, o que estamos vendo e lamentando é que esses questionamentos, é claro que se Vossas Excelências trouxerem qualquer questionamento à Liderança do Governo, vamos estudar essa questão e vamos trazer a resposta, não temos nenhuma dificuldade quanto a isso. Mas, o melhor teria sido questionar o Secretário da Fazenda. Ora! É o homem que trabalha com esses números e que tem um profundo conhecimento, e diga-se de passagem, deu um banho aqui aquele dia. O Secretário Giovani não deixou aqui nenhuma dúvida. Ficou dúvida, porque, é claro, jogo de cena tem que existir.

Estou praticamente encerrando o meu pronunciamento, dou um aparte ao ilustre Parlamentar Edgar Bueno.

O Sr. Edgar Bueno

Gostaria de registrar mais uma vez aqui que Vossa Excelência, no dia do seu pronunciamento, disse que em 1995 o Governo Jaime Lerner herdou uma dívida de 1,5 bilhões de dólares. Vossa Excelência também, além de dizer isso, não foi uma declaração verdadeira, porque o número real é de 1 bilhão, trezentos e noventa e cinco milhões. E esses 1 bilhão, trezentos e noventa e cinco milhões, que Vossa Excelência quer transformar em dólares, quer dolarizar, quero dizer a Vossa Excelência que apenas quatrocentos e sessenta e quatro milhões, cento e quarenta e dois, são fruto de empréstimos externos. Então, Vossa Excelência manipula números quando diz que um bilhão e meio é fruto da dívida dos Governos anteriores e quer transformar isso em dólar, quando não é verdade.

Vossa Excelência diz aqui, e tem um histórico dos números aqui repetindo mais uma vez: Cinco bilhões oitocentos e oitenta e dois, e não é número arredondado como Vossa Excelência diz, é cinco bilhões, oitocentos e oitenta e dois, fruto da sua imaginação, fruto de uma divulgação que Vossa Excelência fez em nome do Governo.

Agora, quando o Secretário vem aqui e diz que a dívida é de nove bilhões, cento e onze milhões e, quando pergunto ao Secretário se ele admite que mais um bilhão e setecentos e mais trezentos milhões de contas a pagar já chegamos aos onze bilhões cento e onze milhões, quando o próprio Secretário admite isso diante de todos os Parlamentares, quero dizer a Vossa Excelência que daí sim criou uma dúvida muito grande porque aí não entendemos o porquê que Vossa Excelência quis convencer os Parlamentares desta Casa e quis convencer também o povo do Estado do Paraná que o Governo do Estado devia apenas, para Vossa Excelência, cinco bilhões oitocentos e oitenta e dois milhões.

Então, fico agradecido de Vossa Excelência ter me concedido este aparte. Posso aqui, através dele, trazer um esclarecimento um pouco maior, embora não dê tempo, porque o certo seria ler o seu discurso, as notas taquigráficas que tenho aqui registrados em minhas mãos, e, se pudesse fazer isso seria muito melhor, porque esclareceríamos aos Deputados e também a opinião pública do Estado do Paraná. Como isso não é possível, porque o tempo voa e Vossa Excelência também tem que fazer o encerramento do seu pronunciamento, fico muito agradecido pela gentileza de ter me concedido este Aparte para que pudesse colocar, por mais alguns segundos, esta questão da dívida pública do Estado do Paraná.

O SR. VALDIR ROSSONI

Deputado Edgar Bueno, não vou mais discutir números com Vossa Excelência porque Vossa Excelência teve tempo para discutir com o Secretário Giovani Gionédís.

Cego é aquele que não quer enxergar e surdo é aquele que não ouve!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 52 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Antonio Baratter na qualidade de Líder do PSDB, constante do expediente, indicando o Senhor Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, como membro titular da Comissão Permanente de Finanças, em substituição ao Senhor Deputado José Maria Ferreira. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 412/99, de autoria do Deputado Tony Garcia, que dispõe sobre a proteção do consumidor em sua saúde e segurança, através do direito de ser atendido por operador de bombas de combustível e lubrificantes, em estabelecimentos de venda a varejo desses produtos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S.P. E C.A.. EMENDAS DE PLÊNARIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 412/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Tony Garcia, que dispõe sobre a proteção do consumidor em sua saúde e segurança, através do direito de ser atendido por operador de bombas de combustível e lubrificantes, em estabelecimentos de venda a varejo desses produtos.

Chamada esta Relatoria a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa das emendas apresentadas em Plenário, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 09.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari, Plauto Miró Guimarães, Waldyr Pugliesi, Antonio Carlos Belinati, Valdir Rossoni, Beto Richa, Serafina Carrilho, Moysés Leônidas, Pastor Edson Praczyk.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 138/99, de autoria do Deputado Nereu Moura, que dispõe sobre a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva da rede hospitalar pública estadual e particular. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 138/99 REDAÇÃO FINAL A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Em consonância com o art. 5º, inciso VII, da Constituição Federal, fica assegurada no Estado do Paraná a prestação de assistência religiosa, nas entidades civil e militares, de internação coletiva da rede hospitalar pública e particular, cadeias públicas, penitenciárias e órgãos públicos afins.

Art. 2º - Os religiosos para a referida assistência religiosa deverão identificar-se perante o setor próprio das entidades hospitalares e de segurança pública.

§ 1º - O religioso será devidamente identificado pela autoridade superior de sua respectiva instituição religiosa.

§ 2º O momento da visita ficará condicionada à vontade do paciente e à recomendação do médico responsável.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08.11.99.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 163/97, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a criar na estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública, uma delegacia da Mulher no município de Francisco Beltrão. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 163/97 REDAÇÃO FINAL A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública, uma Delegacia da Mulher, no Município de Francisco Beltrão, com atuação nos Municípios de Marmeleiro, Renascença, Enéas Marques e Nova Esperança do Sudoeste.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Segurança Pública fornecerá toda estrutura para o perfeito funcionamento da Delegacia de que trata o artigo anterior, inclusive utilizando-se de recursos do seu orçamento próprio.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08.11.99

(aa) CESAR SELEME - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 515/99, de autoria do Deputado Nelson Justus, que concede Título

de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Desembargador Márcio Martins Bonilha. **Aprovado.**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 521/99, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública o Lar Beneficente Frederico Ozanan, com sede e foro no Município de Iporã. **Aprovado.**

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 255/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 020/98, que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos e cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDAS DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 100/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo transferir a Doação de Imóvel concedida pela Lei nº 642, de 07 de abril de 1951. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 249/99, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que declara de Utilidade Pública a Associação de Micro e Pequenas Empresas de Cascavel - AMIC, com sede e foro no município de Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 497/99, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que revoga o inciso VII do Art. 2º da Lei Complementar nº 82 de 24 de junho de 1998, que dispõe sobre a criação de Consórcio Intermunicipal na Área de Saúde. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 542/99, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação Lar Moisés, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 561/99, de autoria do Deputado Péricles de Holleben Mello, que declara de Utilidade Pública a APAT Associação Paranaense de Amparo ao Trabalhador, com sede e

foro no município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 530/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a instituir o município de Paranaguá, como Estância Turística Religiosa - Santuário de Nossa Senhora do Rocio. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.T. COM EMENDA DA C.C.J. Em REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 143, de 20.10.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 530/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Algaci Tulio, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a instituir o Município de Paranaguá, como Estância Turística Religiosa - Santuário de Nossa Senhora do Rocio.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma de emenda modificativa para melhor adequá-la as normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA PROJETO DE LEI Nº 530/99

Fica alterado o parágrafo 1º, bem como a súmula do Projeto de Lei nº 530/99, passando a ter a seguinte redação:

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a instituir o Município de Paranaguá, como Pólo Turístico Religioso - Santuário de Nossa Senhora do Rocio.

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a instituir o Município de Paranaguá, como Pólo Turístico Religioso - Santuário de Nossa Senhora do Rocio.

Sala das Comissões, em 10.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE TURISMO PROJETO DE LEI Nº 530/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Algaci Tulio, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a instituir o Município de Paranaguá, como Estância Turística Religiosa - Santuário de Nossa Senhora do Rocio.

Sobre a matéria já existe pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto ao aspecto legal, constitucional e regimental.

Chamada a opinar esta Comissão de Turismo de acordo com o que preceitua o parágrafo 13 do artigo 33 do Regimento Interno desta Casa, somos pela aprovação deste Projeto de Lei que muito beneficiará o Município de Paranaguá, o qual será oficialmente o segundo Santuário do Brasil.

Sendo assim, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 10.11.99.

(a) ELIO RUSCH

Presidente e Relator

ITEM 13

1ª DISUCSSÃO - do projeto de Lei nº 552/99, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 021/99, onde fica acrescido ao artigo 11, da Lei nº 5.515, de 15 de fevereiro de 1967. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Conforme entendimento, o mesmo foi transferido para a Sessão Extraordinária das 19:00 horas.**

PROJETO DE LEI Nº 552/99

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica acrescido ao artigo 11, da Lei nº 5.515, de 15 de fevereiro de 1967, o seguinte:

“h) capitalização dos Fundos de Previdência e Financeiro de que trata a Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998.

§ 1º - Fica autorizada a cessão, alienação, securitização, antecipação e a concessão de garantia em operações de qualquer natureza, dos créditos provenientes do art. 142, da Constituição Estadual.

§ 2º - As operações previstas no parágrafo anterior somente poderão ser feitas em moeda corrente ou em títulos públicos federais, a critério do Poder Executivo, e seu resultado será obrigatória e exclusivamente utilizado para o cumprimento das finalidades estabelecidas na alínea ‘h’ deste artigo.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.11.99.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 552/99

P A R E C E R :

O projeto de lei sob exame, proveniente da Mensagem Governamental nº 21/99, tem por objetivo autorização para utilização dos recursos oriundos

da compensação financeira prevista na Lei Federal nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989 (artigo 142 da Constituição Estadual) para a capitalização dos Fundos do sistema de Previdência do Estado, previstos na Lei 12.398/98, de 30 de dezembro de 1998, que criou o Sistema de Seguridade Funcional do Estado.

Para este fim, a proposição legislativa altera a Lei 5.515 de 15 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Paraná - FDE para acrescentar alínea “h” e parágrafos 1º e 2º ao artigo 11, conforme redação sugerida.

A alteração da legislação estadual tornou-se possível em virtude da 8ª edição, no dia 26 de outubro, da Medida Provisória 1913, que em seu artigo 8º, modificou a Lei Federal nº 7.990/89, para ampliar o rol das hipóteses de aplicação dos recursos provenientes dos “royalties” devidos pela União aos Estados.

A providência adotada pela União, foi fundada na necessidade de viabilizar os sistemas previdenciários estaduais e assim propiciar condições aos Estados para que pudessem promover o seu ajuste fiscal e conseqüentemente alcançar o equilíbrio financeiro, haja visto o interesse nacional na manutenção e consecução da política de estabilização financeira, a qual obrigatoriamente pressupõe o atendimento das limitações impostas pela Lei Complementar nº 96/99, que revogou a Lei Complementar 82/95, (“Lei Camata”).

Ante o exposto e presentes os pressupostos da legalidade, constitucionalidade e regimentalidade em relação à proposição, esta Comissão de Constituição e Justiça manifesta seu parecer favorável, propugnando pela tramitação do projeto dentro dos prazos regimentais especiais que se aplicam às proposições cuja tramitação em regime de urgência foi autorizada pelo Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 16.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2485, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, com apoio do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2486, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, com apoio do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2487 e 2488, de autoria do Senhor Deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2489 a 2492, de autoria da Senhora Deputada Luciana Rafagnin, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2493, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, com apoioamento do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2494, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, com apoioamento do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 2495 e 2516, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2496 a 2498, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2500, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, com apoioamento do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2501 e 2503, de autoria do Senhor Deputado Antonio Baratter, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2504 a 2508 e 2515, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2509, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 2510, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2511 e 2512, de autoria do Senhor Edson Strapasson, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2513 e 2514, de autoria do Senhor Deputado Antonio Carlos Belinati, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2518, de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2519, de autoria do Senhor Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2519-A, de autoria do Senhor Deputado Tony Garcia, com apoioamento dos Senhores Deputados Tiago Amorim Novaes, Fernando Ribas Carli, Albanor Gomes e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Esta Presidência, ao encerrar a sessão, comunica que após a Sessão Extraordinária que teremos início logo em seguida à Comissão Especial do Narcotráfico, reúne-se na Sala das Comissões para a instalação da referida comissão, com os seguintes membros: Luiz Carlos Alborghetti, Ângelo Vanhoni, Caíto Quintana, Tiago

Amorim, José Maria Ferreira, Algaci Tulio e Fernando Ribas Carli.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 123/99.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 512, 529 e 537/99.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 412/99.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 530/99.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 378/99.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA EM REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LUIZ CARLOS ZUK, EM SESSÃO DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 1999.

“As peças e a Engrenagem

Jornal da Manhã

Foi de uma exatidão assustadora o Secretário Augusto Canto Neto, ontem, ao explicar o que ainda mantém afastados o prefeito Jocelito Canto e o Governador Jaime Lerner, um mês depois de uma discussão que resultou no rompimento de relações entre os dois. Para Augusto, existem ‘pecinhas’ impedindo que os dois lados conversem de modo civilizado e apropriado. Coisa que na realidade não fizeram, na inauguração da Continental, nem depois.

Pecinhas são, pelo que se pode imaginar, pequenas partes de uma engrenagem. Podem ser parafusos, molas, pregos, alavancas, dobradiças, auxiliares, assessores, Deputados Secretários, porém são certamente de reduzidas dimensões, a julgar pelo diminutivo empregado.

Na imensa estrutura chamada governo - seja estadual, municipal ou federal - existem peças de boa e de má qualidade. Todas são a princípio essenciais para o bom funcionamento da máquina, mas algumas são particularmente importantes. Os interruptores, em qualquer traquitana eletricamente acionada, são vitais, assim como os condutores, as polias, os encaixes. Outras peças, ainda que integrantes do todo, não são imprescindíveis. Algu-

mas portas podem muito bem ser substituídas por paredes, botões trocados por sensores, e funções menos requisitadas podem ser perfeitamente abolidas. Distinguir o que é e o que não é indispensável é tarefa do bom administrador, do governante eficiente. Se há 'pecinhas' que estão impedindo o perfeito funcionamento da estrutura, melhor substituí-las o quanto antes. Se tais 'pecinhas', como as classificou o Secretário Augusto, estão localizadas na engrenagem que está em Curitiba, cabe a ele - que as identificou - apontar sua existência ao Governador e tratar de sua remoção ou substituição imediata.

O perfeito funcionamento da grande engrenagem chamada governo, interessa e importa a todo cidadão. Afinal é o nosso dinheiro e o nosso tempo que Governador, Prefeito e Presidente administram e ordenam. Logo, é nosso interesse direto que o façam da melhor maneira possível.

Se há 'peças' interpondo-se no caminho do diálogo e do entendimento, é porque há problemas de manutenção. O Paraná, em especial Ponta Grossa, não pode perder tempo, recursos e oportunidades por causa disso. Jaime Lerner já deve ter conhecimento da existência de tais peças problemáticas. Como bom administrador que é, deve tratar de trocá-las ou anular seus efeitos negativos com urgência.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

14ª LEGISLATURA

ATA DA 036ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM

22 DE NOVEMBRO DE 1999

(segunda-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pela Senhora Deputada Luciana Rafagnin e pelo Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Às quinze horas e cinquenta minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Beraldin, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo

Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (52). Ausentes os Senhores Deputados Cesar Seleme e Orlando Pessuti (02)

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença do Senhor Prefeito de Nova Londrina, João Fernandes de Almeida, seja bem-vindo à Casa.

Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - o Projeto de Lei nº 222/99, de autoria do Deputado Nelson Justus, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Doutor Constantino Roberto Constantini Frack. **Aprovado.**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 326/99, de autoria do Poder Executivo autorizado a ceder ao Município de Marialva, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, conforme especifica. **Aprova-do.**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 487/99, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores do Trecho Marabá e Região, com sede e foro no Município de Tibagi. **Aprova-do.**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 495/99, de autoria do Deputado Divanir Braz Palmas, que

declara de Utilidade Pública o Grupo Folclórico os Lusíadas com sede e foro na cidade de Maringá. **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para hoje, às dezenove horas, com a Ordem do Dia a ser designada.

Levanta-se a sessão.

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes Deputados: Nereu Moura, Waldyr Pugliesi, Hermes Fonseca, Beto Richa, Moysés Leônidas, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho, Antonio Belinati, Algaci Túlio e mais os Deputados Edgar Bueno, José Maria Ferreira, Orlando Pessuti, Ademir Traiano, Ademir Bier, Chico Noroeste, Edson Strappasson. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 255/98, de autoria do Poder Executivo. Com Parecer FAVORÁVEL do Deputado Algaci Túlio, na forma do substitutivo. APROVADO, com voto contrário dos Deputados Nereu Moura, Waldyr Pugliesi e Hermes Fonseca. A presente reunião foi suspensa às 14h30m e reaberta às 16h30m, transcorrendo conforme notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ANA LÚCIA ANDRETTA - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes Deputados: Duílio Genari, Waldyr Pugliesi, Hermes Fonseca, Pastor Edson Praczyk,

Serafina Carrilho, Beto Richa, Antonio Belinati, Carlos Simões, Algaci Túlio, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães Filho, Nereu Moura e mais os Deputados Ademir Bier, José Maria Ferreira, Valdir Rossoni, Miltinho Puppio e Chico Noroeste. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 552/99, de autoria do Poder Executivo. Com Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni. APROVADO, com voto contrário dos Deputados Hermes Fonseca, Nereu Moura e Waldyr Pugliesi. O Senhor Hermes Fonseca justifica seu voto com base na Constituição Federal Art. 167, inciso VII e na Constituição Estadual Art. 135, inciso VII. 02) Projeto de Lei nº 262/99, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 561/99, de autoria do Deputado Péricles Mello. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ANA LÚCIA ANDRETTA - Secretária

Ato da Diretoria Geral:

PORTARIA Nº 042/99 - DAT

Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecimento no Artigo 10 da Lei nº 12.400 de 30 de dezembro de 1998.

R E S O L V E :

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 12.400 de 30 de dezembro de 1998 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	Valor
45905200	1.600.000,00
Total	1.600.000,00

ACRÉSCIMO DA DESPESA:

Código	Valor
33903900	1.600.000,00
Total	1.600.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 05.11.99.

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto:

HERMAS BRANDÃO - Primeiro Secretário

OBSERVAÇÃO: Esta Portaria havia sido publicada no D.A. nº 165, de 16.11.99, sendo que o código

correto da Redução de Despesa é o que consta acima (45905200).